



2

DIREITO CIVIL

Obrigações e Responsabilidade Civil

SÍLVIO DE SALVO VENOSA



24^a
edição

revista,
atualizada e
reformulada

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 08.11.2023
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2024 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Danilo Oliveira
- CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

V575d

v. 2

Venosa, Sílvio de Salvo

Direito civil: obrigações e responsabilidade civil / Sílvio de Salvo Venosa. – 24. ed. – Rio de Janeiro: Atlas, 2024.
(Direito civil; 2)

Inclui bibliografia

índice remissivo

ISBN 978-65-5977-572-9

1. Direito civil – Brasil. 2. Obrigações (Direito) – Brasil. 3. Responsabilidade (Direito) – Brasil. I. Título. II. Série.



23-87055

CDU: 347.447.5(81)

Merl Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

1	Introdução ao Direito das Obrigações	1
1.1	Posição da obrigação no campo jurídico	1
1.2	Definição	3
1.3	Distinção entre direitos reais e direitos pessoais	5
1.4	Importância do direito das obrigações	6
1.5	Evolução da teoria das obrigações.....	7
1.6	Posição do direito das obrigações no Código Civil e em seu estudo	8
2	Estrutura da Relação Obrigacional	11
2.1	Introdução	11
2.2	Sujeitos da relação obrigacional	12
2.3	Objeto da relação obrigacional	13
2.3.1	Patrimonialidade da prestação	14
2.4	Vínculo jurídico da relação obrigacional	16
2.5	Causa nas obrigações	17
3	Obrigações Naturais	21
3.1	Introdução	21
3.2	Direito romano	23
3.3	Obrigações naturais no direito brasileiro	24
3.4	Natureza jurídica das obrigações naturais	28
3.5	Efeitos da obrigação natural	30
4	Obrigações Reais (<i>Propter Rem</i>) e Figuras Afins	31
4.1	Obrigações reais (<i>propter rem</i>)	31
4.2	Ônus reais	35
4.2.1	Ônus reais e obrigações reais	35
4.2.2	Conceito.....	36
4.3	Obrigações com eficácia real.....	36
5	Fontes das Obrigações	39
5.1	Introdução	39

5.2	Fontes das obrigações no direito romano	39
5.3	Visão moderna das fontes das obrigações.....	40
5.4	Fontes das obrigações no Código Civil de 1916 e no atual Código.....	42
6	Classificação das Obrigações	43
6.1	Espécies de obrigações.....	43
6.1.1	Obrigações de meio e obrigações de resultado.....	45
6.1.2	Obrigações de garantia	48
6.2	Obrigações de dar: coisa certa e coisa incerta	49
6.2.1	Obrigações de dar.....	49
6.2.2	Obrigações de dar coisa certa	50
6.2.2.1	Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa na obrigação de dar coisa certa.....	52
6.2.2.2	Melhoramentos, acréscimos e frutos na obrigação de dar coisa certa	54
6.2.2.3	Obrigações de restituir.....	55
6.2.2.4	Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa na obrigação de restituir.....	55
6.2.2.5	Melhoramentos, acréscimos e frutos na obrigação de restituir.....	56
6.2.2.6	Execução da obrigação de dar coisa certa.....	57
6.2.3	Obrigações pecuniárias	58
6.2.4	Obrigações de dar coisa incerta.....	61
6.3	Obrigações de fazer e de não fazer	64
6.3.1	Obrigações de fazer.....	64
6.3.2	Obrigações de dar e de fazer.....	67
6.3.3	Obrigações de fazer fungíveis e não fungíveis.....	68
6.3.4	Descumprimento das obrigações de fazer	69
6.3.5	Obrigações de não fazer	73
6.3.6	Modo de cumprir e execução forçada da obrigação de não fazer....	74
6.4	Obrigações alternativas e facultativas.....	75
6.4.1	Obrigações cumulativas e alternativas.....	75
6.4.2	Obrigações alternativas.....	76
6.4.3	Concentração e cumprimento da obrigação alternativa	77
6.4.3.1	Retratibilidade da concentração	80
6.4.4	Acréscimos sofridos pelas coisas na obrigação alternativa.....	81
6.4.5	Obrigações facultativas.....	81
6.4.5.1	Efeitos da obrigação facultativa	83
6.5	Obrigações divisíveis e indivisíveis	83
6.5.1	Conceito.....	83
6.5.2	Pluralidade de credores e de devedores.....	85
6.5.3	Indivisibilidade e solidariedade.....	89
6.6	Obrigações solidárias	89
6.6.1	Conceito.....	89

6.6.2	Antecedentes históricos.....	90
6.6.3	Obrigações <i>in solidum</i>	91
6.6.4	Características e fundamento da solidariedade.....	92
6.6.5	Fontes da solidariedade	94
6.6.6	Solidariedade ativa	97
6.6.6.1	Efeitos da solidariedade ativa.....	98
6.6.6.2	Extinção da solidariedade ativa.....	99
6.6.7	Solidariedade passiva.....	100
6.6.7.1	Principais efeitos da obrigação solidária	100
6.6.7.2	Aspectos processuais da solidariedade. A coisa julgada.....	102
6.6.7.3	Pagamento parcial	103
6.6.8	Extinção da solidariedade	104
6.7	Outras modalidades de obrigações	105
6.7.1	Obrigações principais e acessórias	105
6.7.2	Obrigações líquidas e ilíquidas.....	107
6.7.3	Obrigações condicionais.....	108
6.7.4	Obrigações modais.....	110
6.7.5	Obrigações a termo	111
6.8	Obrigações de juros. Obrigações pecuniárias.....	113
6.8.1	Obrigações de juros.....	113
6.8.1.1	Espécies de juros.....	114
6.8.1.2	Anatocismo	116
6.8.2	Obrigações pecuniárias	118
7	Transmissão das Obrigações.....	121
7.1	Cessão de crédito.....	121
7.1.1	Introdução. A transmissibilidade das obrigações	121
7.1.2	Conceito de cessão de crédito. Afinidades	122
7.1.3	Posição do devedor	124
7.1.4	Natureza jurídica	127
7.1.5	Requisitos. Objeto. Capacidade e legitimação	128
7.1.6	Responsabilidade.....	128
7.1.7	Espécies.....	129
7.1.8	Efeitos.....	130
7.2	Assunção de dívida.....	131
7.2.1	Conceito	131
7.2.2	Características.....	136
7.2.3	Espécies.....	136
7.2.4	Efeitos.....	139
7.3	Cessão de posição contratual (cessão de contrato).....	140
7.3.1	Introdução	140
7.3.2	Transmissão das obrigações em geral	141
7.3.3	Cessão de posição contratual. Conceito.....	142
7.3.4	Natureza jurídica	143

7.3.5	Figuras afins	144
7.3.6	Campo de atuação do instituto	146
7.3.7	Modos de formação.....	147
7.3.8	Efeitos.....	147
7.3.8.1	Efeitos entre cedente e cessionário.....	147
7.3.8.2	Efeitos entre cedente e cedido.....	149
7.3.8.3	Efeitos entre cessionário e cedido	149
7.3.9	Cessão de posição contratual no direito brasileiro	150
8	Pagamento	153
8.1	Extinção normal das obrigações.....	153
8.2	Natureza jurídica do pagamento	154
8.3	De quem deve pagar. O <i>solvens</i>	155
8.4	A quem se deve pagar. O <i>accipiens</i>	159
8.4.1	Credor putativo.....	161
8.4.2	Quando o pagamento feito a terceiro desqualificado será válido	162
8.4.3	Pagamento feito ao inibido de receber	163
8.5	Objeto do pagamento e sua prova.....	164
8.5.1	Prova do pagamento	169
8.6	Lugar do pagamento. Dívidas <i>quérables e portables</i>	174
8.7	Tempo do pagamento	176
9	Enriquecimento sem Causa e Pagamento Indevido	181
9.1	Introdução	181
9.2	Enriquecimento sem causa. Conteúdo	182
9.3	Enriquecimento sem causa e pagamento indevido como fonte de obrigações.....	183
9.4	Tratamento da matéria no direito romano.....	184
9.4.1	A <i>condictio indebiti</i>	185
9.4.2	Outras <i>condictiones</i>	186
9.4.3	Síntese do pensamento romano.....	186
9.5	Direito moderno, sistema alemão e sistema francês.....	187
9.6	Aplicação da teoria do enriquecimento sem causa no direito brasileiro	189
9.6.1	Requisitos do enriquecimento sem causa	190
9.6.2	Aplicação do instituto. A jurisprudência brasileira	192
9.6.3	Objeto da restituição	194
9.7	Ação de <i>in rem verso</i>	195
9.7.1	A subsidiariedade da ação	198
9.8	Síntese conclusiva do enriquecimento sem causa. Prescrição.....	199
9.9	Pagamento indevido.....	199
9.9.1	Pagamento em geral. Conteúdo.....	200
9.9.2	Posição da matéria na lei. Fonte autônoma de obrigações.....	200
9.9.3	Pressupostos do pagamento indevido	201
9.9.4	Erro do <i>solvens</i>	202

9.9.5	Pagamento de dívida condicional	204
9.10	Casos em que aquele que recebeu não é obrigado a restituir.....	205
9.10.1	Dívida prescrita e obrigação natural.....	205
9.10.2	Pagamento para fim ilícito, imoral ou proibido por lei.....	206
9.10.3	Outra hipótese de não repetição. O art. 880.....	206
9.11	Pagamento indevido que teve por objeto um imóvel.....	207
9.11.1	<i>Accipiens aliena</i> de boa-fé por título oneroso.....	208
9.11.2	<i>Accipiens aliena</i> de boa-fé por título gratuito.....	208
9.11.3	<i>Accipiens aliena</i> a terceiro de má-fé.....	208
9.11.4	Má-fé dos <i>accipiens</i>	208
9.11.5	Síntese	208
9.12	Conclusão.....	209
10	Formas Especiais de Pagamento e Extinção de Obrigações	211
10.1	Pagamento por consignação	211
10.1.1	Interesse do devedor em extinguir a obrigação.....	211
10.1.2	Objeto da consignação.....	212
10.1.3	Hipóteses de consignação.....	213
10.1.4	Procedimento da consignação.....	220
10.2	Pagamento com sub-rogação	224
10.2.1	Conceito.....	224
10.2.2	Origem histórica.....	225
10.2.3	Natureza jurídica e institutos afins.....	226
10.2.4	Sub-rogação legal.....	227
10.2.5	Sub-rogação convencional	229
10.2.6	Efeitos da sub-rogação.....	230
10.3	Imputação de pagamento	232
10.3.1	Conceito.....	232
10.3.2	Requisitos	234
10.3.3	Imputação de pagamento feita pelo devedor.....	235
10.3.4	Imputação de pagamento feita pelo credor.....	236
10.3.5	Imputação de pagamento feita pela lei	237
10.4	Dação em pagamento	238
10.4.1	Conceito.....	238
10.4.2	Requisitos e natureza jurídica.....	240
10.4.3	Equiparação da <i>datio in solutum</i> à compra e venda.....	241
10.5	Novação	243
10.5.1	Conceito e espécies.....	243
10.5.2	Requisitos	248
10.5.3	Efeitos.....	250
10.6	Compensação.....	251
10.6.1	Conceito.....	251
10.6.2	Compensação em sua origem romana	252
10.6.3	Natureza jurídica.....	253

10.6.4	Modalidades	253
10.6.5	Compensação legal. Requisitos.....	254
10.6.5.1	Reciprocidade de créditos	254
10.6.5.2	Liquidez, certeza e exigibilidade.....	255
10.6.5.3	Homogeneidade das prestações.....	256
10.6.5.4	Existência e validade do crédito compensante	257
10.6.6	Obrigações não compensáveis.....	257
10.6.7	Efeitos.....	259
10.7	Transação.....	259
10.7.1	Conceito. Peculiaridades	259
10.7.2	Natureza contratual da transação. Características	260
10.7.3	Modalidades. Forma	262
10.7.4	Objeto.....	263
10.7.5	Capacidade para transigir. Poder de transigir	264
10.7.6	Efeitos da transação.....	264
10.7.7	Nulidades da transação.....	266
10.7.8	Anulabilidades da transação	266
10.7.9	Interpretação restritiva da transação	266
10.8	Compromisso.....	266
10.8.1	Conceito e utilidade	266
10.8.2	Natureza jurídica	268
10.8.3	Mediação	268
10.9	Confusão.....	269
10.9.1	Conceito e natureza jurídica	269
10.9.2	Fontes da confusão	270
10.9.3	Espécies.....	270
10.9.4	Efeitos.....	271
10.9.5	Requisitos	271
10.10	Remissão.....	272
10.10.1	Conceito. Natureza jurídica. Afinidades	272
10.10.2	Origem histórica.....	272
10.10.3	Espécies.....	273
10.10.4	Efeitos.....	274
10.10.5	Remissão no Código Civil de 2002	274
11	Crise no Cumprimento da Obrigação. Inadimplemento. Mora.....	277
11.1	Cumprimento da obrigação em crise	277
11.2	Inadimplemento absoluto e inadimplemento relativo	280
11.3	Inadimplemento relativo. A mora.....	282
11.3.1	Mora do devedor	283
11.3.2	Efeitos da constituição em mora do devedor.....	284
11.4	Mora do credor	286
11.4.1	Efeitos da mora do credor	287
11.5	Purgação da mora.....	288

12 Frustração no Cumprimento da Obrigação. Inexecução. Perdas e Danos.....	291
12.1 Descumprimento da obrigação	291
12.2 Culpa do devedor	292
12.2.1 Prova da culpa.....	295
12.3 Inexecução das obrigações sem indenização. Caso fortuito e força maior....	295
12.3.1 Exoneração da excludente. A cláusula de não indenizar.....	296
12.4 Indenização. Perdas e danos	299
12.4.1 Dano moral ou dano não patrimonial.....	305
13 Cláusula Penal	307
13.1 Conceito. Natureza jurídica	307
13.2 Cláusula penal compensatória. Cláusula penal moratória.....	309
13.3 Funções da cláusula penal.....	313
13.4 Exigibilidade da cláusula penal.....	314
13.5 Imutabilidade, alteração e limite da cláusula penal	314
13.6 Cláusula penal e institutos afins	317
13.7 Cláusula penal e obrigações indivisíveis	318
13.8 Cláusula penal em favor de terceiro e assumida por terceiro.....	318
14 Sinal ou Arras	319
14.1 Conceito.....	319
14.2 Noção histórica.....	321
14.3 Arras no Código Civil de 1916. Importante notícia histórica. Arras confirmatórias	321
14.4 Arras penitenciais. Função secundária.....	324
14.5 Arras e obrigação alternativa	326
14.6 Arras e cláusula penal	326
14.7 Arras no Código de 2002.....	326
15 Responsabilidade Civil. Reapresentação do Tema. Princípios Gerais.....	331
15.1 introdução. Responsabilidade civil: princípios orientadores. Responsabilidades subjetiva e objetiva	331
15.2 Responsabilidade objetiva. Risco	340
15.3 Lineamentos históricos.....	346
15.4 Responsabilidade civil e penal	347
15.5 Responsabilidade contratual e extracontratual. (Responsabilidade negocial e extranegocial).....	350
15.6 Ato ilícito	352
15.7 Culpa	353
15.7.1 Culpa concorrente	361
15.8 Dano e indenização. Perda de uma chance.....	362
15.8.1 Dano moral ou extrapatrimonial	368
15.9 Nexo causal.....	375

15.10	Excludentes da responsabilidade. Rompimento do nexo causal. Culpa da vítima	376
15.11	Caso fortuito e força maior	377
15.11.1	Estado de necessidade. Legítima defesa. Exercício regular de direito	381
15.12	Fato de terceiro	384
15.13	Cláusula de não indenizar. Cláusula limitativa de responsabilidade.....	387
15.14	Imputabilidade.....	391
15.15	Direito e responsabilidade do sucessor hereditário	392
16	Responsabilidade por Fato de Outrem	393
16.1	Responsabilidade direta e indireta	393
16.2	Responsabilidade dos pais pelos filhos menores.....	401
16.3	Responsabilidade de tutores e curadores	405
16.4	Responsabilidade do empregador e assemelhado	406
16.5	Responsabilidade dos donos de hotéis e similares	410
16.6	Responsabilidade dos estabelecimentos de ensino	412
16.7	Responsabilidade pelo proveito do crime	415
16.8	Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado. Responsabilidade do estado e do magistrado. Responsabilidade pela deficiente. Prestação jurisdicional. Responsabilidade por atos legislativos.....	415
16.9	Ação regressiva	421
17	Responsabilidade pelo Fato das Coisas e pela Guarda ou Fato de Animais.....	423
17.1	Introdução e compreensão. O fato da coisa.....	423
17.2	Responsabilidade pela ruína de edifício.....	428
17.3	Responsabilidade por coisas caídas de edifícios.....	430
17.4	Responsabilidade por fato ou guarda de animais.....	432
18	Responsabilidade Profissional: Responsabilidade Médica e Odontológica.....	439
18.1	O médico e as relações de consumo.....	439
18.2	Natureza da responsabilidade médica	445
18.3	Relação médico-paciente.....	450
18.4	Ética médica e responsabilidade. Sigilo profissional.....	451
18.5	Cirurgia plástica como obrigação de resultado.....	453
18.6	Responsabilidade pela anestesia	455
18.7	Complexidade da prova da culpa. A responsabilidade médica no Código de Defesa do Consumidor.....	457
18.8	Responsabilidade do odontólogo	461
19	Responsabilidade Civil nos Transportes.....	463
19.1	Introdução.....	463
19.2	Responsabilidade das estradas de ferro. Extensão de aplicação dessa lei. Código de Defesa do Consumidor nos transportes.....	466
19.3	Transporte gratuito.....	476

19.4	Transporte aéreo e aplicação do Código de Defesa do Consumidor	480
20	Sentença Criminal e Responsabilidade Civil	491
20.1	Introdução.....	491
20.2	Execução da sentença penal condenatória.....	494
20.3	Sentença penal absolutória.....	501
21	Responsabilidade por Dano Ambiental	505
21.1	Introdução.....	505
21.2	Dano ambiental	507
21.3	Reparação do dano ambiental. Responsabilidade objetiva.....	511
21.4	Responsabilidade por atividades nucleares.....	517
22	Responsabilidade Civil no Código de Defesa do Consumidor.....	519
22.1	Introdução. O atual direito.....	519
22.2	Relação de consumo e responsabilidade civil.....	527
22.3	Reparação de danos.....	536
23	Outras Modalidades de Responsabilidade.....	545
23.1	Responsabilidade civil dos advogados.....	545
23.2	Responsabilidade civil dos bancos e demais instituições financeiras.....	551
23.3	Responsabilidade dos notários	556
23.4	Responsabilidade por furto de veículos em estabelecimentos comerciais e semelhantes.....	558
23.5	Responsabilidade de empreiteiros e construtores.....	561
23.6	Dano no universo digital.....	563
23.7	Responsabilidade por demanda antecipada de dívida ou de dívida já paga...	565
23.8	Responsabilidade no âmbito da família.....	568
24	Dano e Reparação	571
24.1	Dano emergente e lucro cessante. Perda da chance.....	571
24.2	Danos materiais e danos imateriais. Danos morais. Dano extrapatrimonial ou moral à pessoa jurídica. Avaliação dos danos morais.....	577
24.3	Liquidação do dano. Pensão periódica e pagamento integral único	587
24.4	Indenização em caso de homicídio.....	590
24.5	Indenização na lesão corporal	592
24.6	Legítima defesa do causador do dano.....	594
24.7	Indenização por injúria, difamação e calúnia. Indenização por ofensa à liberdade pessoal	594
24.8	Responsabilidade por usurpação e esbulho	597
	Bibliografia.....	599
	Índice Remissivo	609